

## A DISSOLUÇÃO DAS RELAÇÕES FEUDAIS NA LISBOA DO SÉCULO XVI

por Carlos Consiglieri

1. O objectivo deste trabalho é apresentar o resultado das investigações que realizámos sobre o período de dissolução do feudalismo — entendido no conjunto das suas relações complexas no aparelho de estado e na sociedade — no século XVI, em Lisboa.

Lisboa — capital de um país que desempenhava então na Europa um papel ímpar, mercê dos descobrimentos geográficos e das conquistas e, conseqüentemente, do alargamento das relações comerciais, com o aproveitamento e transformação de novas matérias primas. Pressupõe-se que, em resultado das descobertas e da expansão comercial a nível mundial, com a imposição de novas formas de comércio e de finanças, se engendram (ou se destacam) contradições que corroem o Estado Feudal e as suas ideologias. Lisboa como sociedade não podia passar à margem destes movimentos (e implicações) sem deixar de reflectir gérmens de capitalismo — esporádicos ou já nem tanto. Gera-dos uns — nas especificidades internas; absorvidos outros — pela natureza e complexidade das relações comerciais — a verdade é que se perfilam elementos activos portadores de fenómenos e de ideias anteriormente insuspeitadas.

A análise que tentámos levar a cabo, esbarra — como era previsível — com a escassez de estudos sistemáticos sobre a população portuguesa quinhentista. Assim, optámos por colocar (ou questionar) questões factuais e/ou metodológicas, socorrendo-nos para isso de uma obra de então, recentemente reeditada e sobre a qual há muito vínhamos a trabalhar — o SUMÁRIO de Cristóvão Rodrigues de Oliveira.

2. O Século XVI, caracteriza-se na Europa, de forma determinante, pela fase de dissolução do feudalismo, através de elementos tipi-

ficadores (de operadas transformações político-jurídicas) de novo modo de produção. Elementos caracterizadores de capitalismo imperam já na Europa Ocidental a partir do século XIV, mas é na viragem para o XVI que alguns desses vectores assumem o papel de liderança, como catalizadores de mudanças e transformações sociais, forçando a correlação entre a base material da sociedade e a superestrutura estatal, mesmo quando esta reveste a forma de absolutismo, como em Portugal e Espanha.

O incremento que Lisboa reflecte é bem o exemplo desta viragem, consubstanciada, entre outros factores, pela função aglutinadora que tiveram as relações monetárias-comerciais — visualizadas nas remodelações do aparelho técnico-administrativo do Estado, nos novos conceitos económicos e financeiros, na introdução de técnicas e de matérias primas, nas mudanças de mentalidades com renovadas concepções sobre o homem e a vida. São, certamente, alguns dos aspectos que identificam a nova sociedade que, bastas vezes, coexistiria de forma velada ou subalternizada (com ou sem estatuto social) no seio da velha sociedade.

LISBOA EM 1551 — SUMÁRIO é o título actual do livro de Cristovão Rodrigues de Oliveira. O texto divide-se em duas partes — o que Lisboa contém de Eclesiástico e o que contém de Secular — capítulos que se completam numa visão estatística que globaliza um «flash» assaz válido sobre a capital do Reino (configurada como sociedade) por via da estratificação social que nos dá.

É evidente que com todos os condicionalismos que possamos levantar, com todas as limitações que apontemos ou possamos sugerir, não deixa de ser um retrato de Lisboa, quicás vivo.

Uma descrição dessa cidade que estava a escassos trinta anos da perda da independência e, já a onze anos de repressão inquisitorial. Talvez até a sua publicação coincida com a entrega dos Colégios das Artes, de Coimbra e Évora, à direcção pedagógica da Companhia de Jesus. Viva-se os últimos anos de D. João III. A primeira parte do texto fornece dados importantes para o estudo dos rendimentos do diversificado e contraditório leque eclesiástico, aliás o objecto oficial que justifica o SUMÁRIO.

O autor é explícito ao dizer que o Arcebispo de Lisboa o encarregara de obter a informação do «rendimento do dito arcebispado e cabido da Sé, e de todas as igrejas, colégios, mosteiros, hospitais, capelas e confrarias da dita cidade». Também lhe fora solicitado o «número de casas e moradores dela, e dos officios de cada pessoa, assim dos homens como

mulheres» — o que constitui a segunda parte do livro e sobre a qual recai, fundamentalmente, esta análise.

A parte Secular agrupa os elementos a que o autor chama de Instituições e de Ofícios e que revelam, no conjunto, informações importantes sobre a população lisboeta de quinhentos.

Até meados do século XV, o centro urbano da cidade, ainda permanecia na colina do Castelo, servindo-se das portas e postigos das muralhas para se ligar ao Tejo, continuando o cais da Ribeira Velha a servir de grande ancoradouro. O Rossio não passava, no dizer de Fernão Lopes, «de um grande e espaçoso arrabalde», onde é construído o Paço dos Estados, por ordem do Regente D. Pedro para abrigo de Embaixadores...

Lisboa do século XVI é, no entanto, bem diferente. A concentração na capital de todas as operações que antes se desenvolviam no Algarve, trouxe consigo grandes mudanças estruturais, materializadas na recuperação de vastas áreas do Tejo, modernização de cais e aberturas de outros, reestruturação e redimensionamento de estaleiros, construção de novos armazéns, ampliação ou criação de estruturas oficinais, diversificações do aparelho de estado. Damião de Góis, exalta «A grandeza e magnificência do interior da cidade são tamanhas que, com razão, pode ela pleitear primazias com todas as capitais da Europa, tanto pelo número de habitantes, como pela beleza e variedade de construções, pois conta mais de vinte mil edifícios».

Mas, Lisboa era uma cidade de contrastes. Damião de Góis descreveu-a, nos seus limites, a começar pelo Sul, no Paço de Santos. Deixando o Paço Velho por caminho tortuoso mas empedrado, encontra-se o Convento da Esperança (de freiras) para se ir a S. Roque, por um vale muito ameno, com jardins e pomares — o de Santo Antão — onde «nasce uma colina, com um olival tão denso que a vista mal pode penetrar lá dentro» — o alto de Santana. Seguidamente é Santa Bárbara, a Capela dos Anjos, a Senhora do Monte, a Graça, São Vicente e as Escolas Gerais. Daí a Santa Clara para se topar a primeira porta da cidade — a da Cruz, por Santa Apolónia.

3. Enquanto a cidade velha — «a crasta» — estava organizada numa malha de ruelas, becos e travessas tortuosas, Lisboa de Cristovão Rodrigues de Oliveira concentrava-se na Ribeira, sítio onde era moda e luxo invejável possuir casa.

O SUMÁRIO regista 24 freguesias — 18 do núcleo velho e 6 da Baixa, onde habitariam dezoito mil vizinhos, em «trezentas e vinte e

oito ruas, e cento e quatro travessas, e oitenta e nove becos, e sessenta e dois postos que não são ruas».

É nesta Lisboa que encontramos elementos reveladores de dissolução da velha sociedade feudal, através de mudanças de natureza conflitual — a nível social e estrutural — legíveis na obra que estudámos. Destes, evidenciamos os seguintes elementos caracterizadores:

### **A Crise da Renda**

O facto de se inventariar a soma de todos os rendimentos da Igreja na cidade (177.857 cruzados) como objectivo primeiro do SUMÁRIO torna irrefutável a importância conflitual da questão da Renda. Existiriam 86 igrejas, paróquias, ermidas, hospitais, colégios e mosteiros (onde funcionariam 184 confrarias) com 623 frades, 602 freiras e 437 servidores.

Haveria em Lisboa, 240 «extra-vagantes» fora os cónegos e beneficiados das igrejas paroquiais; e 237 cónegos e beneficiados «na Sé e mais igrejas paroquiais».

A renda feudal era a base das relações sociais e ao verificar-se a conversão em dinheiro de todas (ou quase todas) as rendas ou as obrigações, pode-se deduzir que se tinham afrouxado, substancialmente, os aspectos económicos e jurídicos de dependência feudal.

Mesmo quando se refere o valor das «esmolas» da parte mais antiga da cidade — «a crasts» — estas são referenciadas sempre em dinheiro. Todos os rendimentos dos beneficiários são indicados em cruzados. Até os custos das festas e procissões são indicados em dinheiro — os gastos da cidade na festa de Corpus Christi, os gastos dos pescadores na sua festa do santo Sacramento — são exemplos.

A generalização do dinheiro como meio de pagamento, é como se sabe, um elemento acelerador dos preços, fenómeno comum na Lisboa quinhentista que, para além de outras implicações, não deixa de significar a redução do valor das rendas, sobretudo as agrícolas.

Aliás, à medida que se vão desenvolvendo as relações comerciais internacionais, com exigências de grandes volumes de moeda disponível ou imobilizada em mercadorias (em trânsito ou em armazém), com exigências de prazos de entrega e formas financeiras para o comércio por grosso ou atacado — verifica-se que parte considerável da riqueza é suprimida ao controle da classe senhorial.

A tendência regressiva do valor, em termos absolutos, da renda da Coroa, como estudo recente comprova, confirma a situação de crise generalizada da renda. E a crise assumia aspectos múltiplos: — a proibição da saída de ouro e prata amoedados; os aumentos do preço do pão «estando a cidade chea» (...) «e nam aver quasy pera o meterem»; as amoedações e a necessidade de moeda forte; e porque os mercadores «não buscam senão proveito e nas terras donde tractão não acham mercadorias de que tirem moor ganho que do dinheiro...»

Vivia-se numa sociedade de circulação monetária. Razão porque Damião de Góis não deixava de recomendar ao Rei: «mande abrir a Casa (da Índia), vender de contado, e não perca tamanha ocasião porque deste modo o Reino será farto, rico e abondoso de todallas Nações, e mercadorias do Mundo».

Mas, outro indício de crise será traduzido pela existência em Lisboa, de uma população flutuante, como o SUMÁRIO refere, ao que parece fruto da libertação de mão de obra da agricultura, como (ou em) resultado da crise de renda. Eram, portanto, factores extra-agrícolas que comandavam a economia, como, entre outros: — mercadorias transacionadas em grandes partidas; a introdução de matérias primas portadoras de novas exigências técnicas; a circulação de mercadorias exóticas e de luxo; o dinheiro separado da produção mercantil interna, a terra a deixar de ser o único fundamento e monopólio político; o dinheiro acumulado assumido em capital mercantil — fenómenos que se entrecruzam em mudanças político-sociais.

A crise da renda (contida na crise económica) é, firmemente, um dos sintomas mais visíveis (e activos, «per si») na (e para) a dissolução das relações de produção feudais no seio da sociedade portuguesa de quinhentos.

### **As Novas Formas de Exploração**

No SUMÁRIO descobrem-se vários casos de formas de exploração na base de obrigações estritamente económicas perante novas relações de produção. Os dados que o livro nos transmite conduz à revelação de formas de exploração baseadas na separação do produtor dos meios de produção. Identificam-se diversas modalidades de contratação e de remuneração. É possível, através da obra de Cristovão Rodrigues de Oliveira, chegar à conceituação de trabalhador. Fixemo-nos no caso da

Ribeira das Naus onde «muitas vezes mandam chamar pelo reino oficiais de carpintaria e calafates e os que vem lhe pagam domingos e festas».

Esta afirmação tem implícita a forma contratual temporária, em contrapartida de outras que não incluíssem o pagamento de domingos e festas, mas, por outro lado, confirma a existência de trabalhadores «livres» para ser contratados. Na Casa do Armazém do Reino e Armaria o autor assegura que trabalhariam ferreiros por contrato, a par de outros serventuários não contratados.

Se bem que seja fácil destacar no texto a indefinição de conceito de trabalhador, são detectáveis, contudo, as relações inerentes a esta categoria social. O conceito variaria entre obreiro mariola e trabalhador propriamente. Apesar de tudo, esta última denominação aparecia ainda ligada ao local do trabalho — trabalhador da Casa da Índia, trabalhador ao longo da Ribeira; a par de outras formas de identificação, estas porventura, mais vinculadas à remuneração — trabalhador comum, trabalhador indistinto, trabalhador ordinário, etc. Mas a importância de se indicar cerca de mil homens como trabalhadores (976) é de grande interesse pois constitui o maior contingente (o primeiro) de pessoas afectas a uma profissão, seguido por pescadores indistintos (603) e de marinheiros em número de 518.

Podemos, em reforço desta posição, lembrar que João Brandão de Buarcos regista em 1552, na cidade, 4000 moços de soldada, 1500 trabalhadores ao longo do cais, 100 mariolas, entre outros.

Aprofundando, um pouco mais, os elementos inseridos no SUMÁRIO, encontram-se vários tipos de contratação: pessoal certo e pessoal incerto, pessoal da casa e pessoal de fora, pessoal mandado chamar e pessoal que se toma. Também, se aferem diversas modalidades de remuneração: — pessoal pago ao ano, ao mês e ao dia (à soldada); pessoal com domingos e festas pagos. João Brandão de Buarcos referencia a existência de vários tipos de carpinteiros que seriam contratados conjuntamente com os seus criados. A análise destas duas componentes — vínculo e remuneração — evidenciam formas inequívocas de venda da força de trabalho, por trabalhadores «livres», num «mercado» de oferta e procura como de qualquer outra mercadoria.

Tanto assim seria que no Terreiro do Trigo «os trabalhadores não tinham número certo»; na Casa do Armazém do Reino e Armaria haveria pessoal contratado ao ano a par de outros trabalhadores em número incerto — a quem se pagaria mil e quinhentos a dois mil cruzados ao ano; a Casa dos Armazéns dos Mantimentos ocuparia

trabalhadores em número incerto, reforçados por mariolas aquando das cargas do vinho.

Convirá, para ajuizar quanto seria conflitual a sociedade, certificar que as instituições religiosas continuavam a possuir «servidores» para além de escravos e de escravos-servidores. Dos muitos exemplos inventariados, dois — o do Convento da Madre Deus que teria escravos e escravas, e o de Odivelas, com 50 servidores.

Verifica-se que ao contrário da pequena produção mercantil que caracterizava economicamente o feudalismo, no século XVI, em Lisboa, é nítida a supremacia das actividades mercantis. Ora, estas actividades exigiam pessoal disponível e livre para ocorrer, nos momentos convenientes às tarefas necessárias. Seriam os serviços pesados de manuseamento, a par de outras de transporte em terra (a cargo de «Ribeirinhos que ganham com bestas»), complementados por outros profissionais (de emprego estável) que nos Armazéns e outras estruturas fariam o controle físico e a vigilância, enquanto outros se encarregariam do fisco e respectiva contabilização e arrecadação. O SUMÁRIO regista «Instituições» com «guarda de livros».

Paralelamente através dos dados compilados é possível, também, isolar outros tipos de pessoal (ou de actividades) ligadas ao abastecimento de Lisboa (oriundos fundamentalmente de extramuros) em que se ocupariam profissões de tipo mais tradicional, com directa implicação em ofícios artesanais — uma das contradições de contornos definidos.

Assim, as novas formas de exploração eram, sem dúvida, introduzidas (ou geradas em resultado) pelo incremento das actividades mercantis. As novas matérias primas e mercadorias eram portadoras de exigências técnicas ou de novos conceitos estéticos que deviam ter tido um importante papel na mudança de mentalidades e de comportamentos, em reverso das actividades que se mantinham ligadas ao velho mundo feudal.

Cristovão Rodrigues de Oliveira indica 169 ofícios ou ocupações — 94 homens e 75 mulheres — o que constitui uma indicação válida. A análise desta estrutura possibilitará, noutra fase de estudo, chegar a conclusões definitivas. Mas, na perspectiva em que nos colocamos neste momento, é um dado adquirido a existência de várias profissões (já diferenciadas entre si) que subsistiam pela venda da força de trabalho, «de forma certa ou incerta».

## As Novas Técnicas

A aplicação de novas técnicas com a consequente renovação dos instrumentos de trabalho, consubstancia-se em novas profissões, que em si, representam uma mudança qualitativa e constituem, por si, elementos activos de mutação — ideia que facilmente emerge do SUMÁRIO.

Serão, porventura, as manufacturas as estruturas onde se detectam com suficiente nitidez as transformações técnicas. Apesar do trabalho continuar a ser manual, dá-se a utilização mais generalizada de engenhos e de máquinas, sobretudo movidas a água. A existência de carpinteiros de bombas (fabricantes de máquinas de elevar água por meio de compressão de ar) e de outros engenhos hidráulicos como os moinhos de maré; de dezenas de atafonas aplicadas à moagem — comprovam a especialização de profissionais na concepção e fabricação de instrumentos de produção, como ramo autónomo e independente. A divisão social do trabalho é, como vimos, confirmada por variadas profissões que resultam — ou, da introdução de técnicas; ou, em resultado da separação profissional imposta por processos de fabrico, com a distinção por subprodutos. Também, a complexidade dos processos de fabrico exigiam cada vez mais a utilização de várias matérias primas e subsidiárias o que exige a especialização — é o caso dos calafates da Ribeira que, nos seus trabalhos utilizavam vários materiais e produtos — estopa, breu, sebo e alcatrão.

De igual modo, os novos ramos como a tinturaria, com a aplicação de corantes e outros produtos naturais; a tecelagem, com divisão das fases de preparação e fabrico (tosadores, cardadores, tecelões indeferenciados — «de toda a sorte») — demonstram quanto são visíveis as influências do progresso. Aliás, se tanto não chegasse, bastaria mencionar a diversificação dos tecelões por produtos fabricado e os que, simplesmente exerciam a actividade de tecelão, certamente, nas «manufacturas».

Contudo, a Ribeira das Naus — pela sua dimensão e por constituir um centro nevrálgico — merece uma reflexão especial, por onstituir um tipo de manufactura (de concentração ou de dispersão de vários officios e oficinas — o que não está esclarecido) onde se entrecruzariam várias actividades, como por exemplo: a carpintaria de toscos (serradores), a carpintaria propriamente dita, (a dos «carpinteiros da ribeira»?), a secção dos calafates, dos carpinteiros de gáveas (11) — complementadas por fornecimentos regulares de estopa (existiriam 30 estopeiras),



de «velas, cordoalha e âncoras e toda a mais munição» sobre a vigilância de um almoxarife que cuidava, ainda «da madeira das naus». O controle do trabalho era feito por um «apontador das obras d'El Rei» e de um outro apontador para as outras obras.

Esta divisão para além de outras incidências, teria em vista aumentar a produtividade do trabalho. Ao prender-se um produtor a um sub-produto, como neste caso, quando se identifica os carpinteiros por produtos — os das caixas, os das gáveas, os das bombas; os carpinteiros por especialidades: os torneiros, os marceneiros, etc. — procura-se a especialização e a produtividade mas, também, tornar o trabalhador dependente por essa via.

Verificado, na cidade de Lisboa, o considerável surto de novas profissões que a construção civil trouxe com as grandes e magníficas obras — a nível de palácios, de edifícios civis e religiosos mas, também no que respeita às infraestruturas citadinas (ruas, praças, aterros, canalizações, cais e estruturas aduaneiras) — constata-se, como efeito, no núcleo de «pedreiros» a especialização técnica de acordo com este mesmo desenvolvimento.

A rapidez com que algumas destas obras foram concretizadas demonstra o princípio da divisão social e concomitantemente, o acréscimo de produtividade (e da intensidade do trabalho, certamente). Dos vários exemplos a referir, basta-nos a diferenciação entre oleiros (em número de 206) e os «homens que fazem tijolo» que seriam 27.

Talvez seja, por todas estas razões, que o SUMÁRIO identifica 169 ocupações (como já anotámos) enquanto um registo de 1565 indica 288 profissões. Mesmo admitindo diferenças de critério, é de inferir um alargamento da divisão profissional. Não deixa de ser curioso confrontar estes números com os inscritos em 1572 no Regimento dos Oficiais Mecânicos (positivamente numa visão corporativa estreita) que só identifica 101 profissões. O que dizer disto? Esperamos em breve analisar esta questão, para nós importante.

O SUMÁRIO é, portanto, bem revelador do alargamento da base profissional até, pela forma como estrutura os grupos da «gente de ofícios». Atentemos nas agregações que o autor faz: Tecelões — 10 grupos diferenciados (sem indicações de mestres); Carpinteiros — 21 grupos (incluindo só dois tipos de mestres); Pedreiros — 10 grupos, com diferenciações que vão dos calceteiros, aos caiadores, aos telheiros, aos cabouqueiros, aos ladrilhadores, aos taipeiros, etc.

A influência da divisão do trabalho é tão sensível e as suas reper-

cussões sociais e culturais tão correntes que a toponímia de Lisboa não a deixa de reflectir. Ruas há com o nome das actividades manufactureiras, distinguindo-se, nalguns casos, entre a velha e a nova instalação e, noutros figura o novo ramo de actividade — é a Rua da Cordoaria, da Caldeiraria, da Cutelaria, da Ferraria, da Pichelaria, da Tinturaria — a Rua do Vidro (existiriam 14 fabricantes de vidro e 15 vendedoras ambulantes de vidro (12).

Já não tanto nomes de ruas ligadas aos antigos ofícios como a dos Douradores, dos Calceteiros, dos Confeiteiros, das Farinheiras, etc. E desde quando existiria a Travessa do Trabalho?

### **As Manufacturas**

O funcionamento de manufacturas ou de instalações de dimensão e estrutura interna similar, pode-se talvez confirmar em estabelecimentos como: a Ribeira das Naus, a Casa das Pólvora, as Teracenas da Fundição, as Taracenas de Cataquefarás dos Curtumes, a Fundição da Artelharia, os Fornos de Cozer Biscoito, as instalações para a carnagem das Armadas, a Casa da Estopa, a Cordoaria Nova. Tantas outras instalações na margem esquerda do Tejo — moinhos de maré, fornos de biscoito, estaleiros olarias, carvoarias, etc. — faz subentender um manancial de técnicas e de profissões fora do quadro tradicional das oficinas artesanais.

Estas actividades exigiam pessoal que respondesse às solicitações técnicas e estivesse predisposto a aceitar as «regras» das relações de produção que começavam a despontar. Os elementos que o SUMÁRIO contém comprovam estas afirmações.

Recorramo-nos, mais uma vez, do caso do Almojarifado da Ribeira das Naus onde se construiriam e reparariam barcos de variado calado (duas actividades que talvez se completassem) já que a demolição de barcos constituiria uma actividade autónoma.

Como nos informa o Padre Duarte de Sande (1584), ao referir-se à Ribeira das Naus, esta ocupa «um espaço vastíssimo fechado em parte pelos muros da Cidade, e em parte pelas obras do mesmo paço, e estende-se até ao mar. Constroi-se ali todo o género de navios, e especialmente essas grandes naus e galeões. (...) É admirável aqui, na verdade, a abundância de tudo o que é necessário para abastecer a armada, pois não falta grande quantidade de mastros, vergas e calabres muito ensebados e compridos, toda a sorte de pez e alcatrão; nem a arte

de amolecer o ferro e o aço; nem finalmente as máquinas e engenhos para levantar pesos, abundando Lisboa em subido grau de tudo isto, quer de invenção portuguesa quer de importação estrangeira». Esta passagem é bastante elucidativa quanto: à dimensão das instalações; à construção por tipos de embarcações; à técnica especializada de produzir componentes; à existência de secções de fabricação de matérias subsidiárias; à tecnologia de tratamento do ferro e do aço; ao emprego de máquinas e engenhos; à capacidade inventiva portuguesa de fabricar meios de produção; e à prática de técnicas vindas do estrangeiro — tudo em «abundância» e «subido grau».

Nestas instalações trabalhariam duzentos e vinte e sete carpinteiros, cem calafates e dezenas de outras profissões entre elas os serradores quatro serras. Registam-se 50 mestres de manobras navais.

Outro exemplo será o de Taracenas Novas e Fundação de Artilharia cuja ampliação fotográfica, recentemente incluída numa exposição, nos revela um magnífico edifício, junto das Portas da Cruz. Os estudos das peças fundidas — dimensões, características, ligas e acabamentos — indica-nos um conjunto de fases de fabrico que não se compadeciam com formas rudimentares de trabalhar a fundição.

É o que se deveria passar na Casa da Moeda, onde 130 moedeiros (e algumas vezes «mais») trabalhariam a fazer o dinheiro tão necessário à rotação que os negócios impunham. Não convém esquecer, no entanto, que em 1498, D. Manuel ordenara que não houvesse mais de 50 moedeiros.

Em suma — a concentração de muito pessoal diversificado e de níveis técnicos diferentes é a primeira condição do funcionamento da manufactura, já que as novas técnicas eram impostas pelos engenhos e máquinas, a par de instrumentos de trabalho adaptados às especificidades das operações de cada uma das profissões. Sendo a manufactura portadora, intrinsecamente, de um conjunto de mudanças de largo alcance, necessita, contudo de condições objectivas — e a primeira é a abundância de força de trabalho.

### **As Novas Formas de Comércio**

Com a circulação de mercadorias geram-se os meios financeiros adequados, criando-se a base material de uma acumulação ampliada, tão necessária ao robustecimento de novos grupos sociais.

A troca prevalece sobre todas as coisas — razão porque Lisboa dispunha de novos e amplos armazéns, recentes e funcionais cais, novos ancoradouros que animavam o rio e a vida da cidade. Uma multidão de raças diferentes conviviam na Praça do Pelourinho, na Ribeira Velha, na Rua Nova... O SUMÁRIO fala-nos da «muita outra gente de fora. E as mais das casas são de dois, três, quatro e cinco sobrados». É o padre Sande que nos diz: «Há nesta Rua (Nova dos Mercadores) além doutras coisas, edifícios admiráveis, de tantos pavimentos e com tantos inquilinos que não se conhecem uns aos outros nem de cara nem de nomes».

Irisalva Moita assegura-nos que «a componente estrangeira, constituída por indivíduos oriundos de vários países da Europa, flamengos, espanhóis (burgaleses, prazentins, etc.), franceses, mas, principalmente alemães e italianos (florentinos ou genoveses), começou a aportar a Lisboa, desde meados do século XV. Era, na sua maior parte, comerciantes que vinham atraídos por maiores ganhos, mas havia, entre eles, os que se empregavam como técnicos de marinharia, seguindo depois, nas armadas... (...) muitos deles ocuparam importantes posições no comércio, entregando-se a altas operações cambiais. Alguns limitaram-se a abrir na Rua Nova, sucursais de importantes firmas comerciais de Augsburgo, Génova ou Veneza. Constituíam uma alta burguesia financeira que girava próximo do rei, agindo, muitas vezes como seus banqueiros».

O aparecimento de novas formas de comércio e de seguros marítimos (trabalhos de Pedro de Santarém, 1556) eram acompanhado pelo surgimento de profissões, constituídas por grupos profissionais técnicos ou não, como nos refere os dados coligidos na obra em estudo.

Um dos grupos mais numeroso é aquele que se liga ao frete das mercadorias e sua acomodação e controle, por parte do Estado. Assim, poder-se-ão definir três núcleos distintos, todos eles ligados à circulação das mercadorias — os homens do mar; os funcionários das instalações de natureza económica ou tributária; o pessoal afecto directa ou indirectamente à distribuição (interna e/ou externa das mesmas. É facto de registo localizar-se, nas ocupações da época, dezenas de «escreventes, correctores de letras de câmbio e cambistas de rua, a par de outros estabelecidos em casas de sobrado — o que evidencia a generalização de novas formas de comércio.

Bem demonstrado pelo SUMÁRIO é que o desenvolvimento da circulação das mercadorias criou especializações profissionais em Lisboa particularmente pela natureza de grande entreposto que Lisboa assumiu.

## As Novas Classes

Não parece que hajam dúvidas que as grandes mudanças são corporizadas pelo aparecimento de embriões de novas classes — o que a obra que investigámos mostra. A estruturação apresentada exemplifica a hierarquização social já aceite — como quadro técnico-profissional bem definido e posicionado, em primeiro lugar no aparelho de Estado, o que permite avaliar a natureza desse mesmo Estado. Em segundo lugar, descreve os oficiais onde inclui à frente os mercadores, para colocar de seguida os ofícios mecânicos com grupos que podemos apelidar, de certa forma de «lupen». Só no final se indica os escravos que representavam cerca de 10 mil almas.

O posicionamento dos mercadores (onde se inclui os «tratantes») e as profissões de tipo liberal — entre os funcionários do aparelho de Estado, por um lado; e os oficiais mecânicos, por outro — demonstra uma preocupação classicista, pelo peso económico que estes representavam apesar de só enumerar 1172 pessoas, divididas por 6 grupos.

É, igualmente, clara a arrumação por peso económico pois coloca os mercadores banqueiros à frente dos tratantes, apesar destes serem muito mais numerosos. Assinala-se o número de «Mercadores de toda a mercadoria» — que seriam 458, como centro deste grupo. Merecem ser referenciadas as composições das profissões liberais ou assim equiparadas: Físicos (57), Cirurgiões (60), Boticários (46), Mestres de Gramática (6), Mestres de Ensino (36), Mestres de Canto d'Orgão (13), Mestres de dança (12), Mestres de esgrima (4) e Tangedores e outros músicos (210 pessoas).

Quanto à população masculina incluída nos Ofícios Mecânicos é de se destacar o facto de muitos grupos não indicarem a categoria dos mestres e estarem agregados por ramos gerais de actividades. É o caso do grupo dos oficiais de ferro que inscreve várias profissões que não estão ligadas a produtos finais. Por outro lado, verifica-se a identificação de numerosos trabalhadores sem estarem inseridos em qualquer grupo profissional o que, certamente constitui a prova de que muitos viveriam da venda quotidiana da sua força de trabalho.

Também é verificável o aparecimento de profissões como — relojoeiros, imprimidores, produtores de vidraça, tintureiros, etc., assim como ocupações que se podem classificar de intermédias ou semi-especializadas — seriam os 26 homens que cozem velas, os 29 que desfazem navios, os 20 que remendam velas, os 29 que acarretam lã, ou os 100 que desfazem calabres — entre outros. No fim da escala (e dos quadros

estatísticos) os homens e as mulheres que formavam o «lupen» — os mendigos, as mulheres sem ofício (que seriam 2000), as viúvas (1635), os pobres (552 homens) os cegos (41) e os pedintes com caixa que somariam 52.

Os escravos — 10% da população estimada — «todos eles tratam de cavalos, servem de carregadores, de lavradores e de marinheiros e fazem muitos trabalhos».

4. Quanto ao aparelho de estado que o SUMÁRIO sintetiza, dois níveis de questionamento se podem colocar: — quanto à sua natureza, através da tipificação das instituições (menos políticas e mais administrativas); e quanto ao seu dimensionamento através da composição e qualificação dos quadros ocupacionais que regista.

Assim, será possível visualizar, grosso modo, três tipos de estruturas:

- as de administração central,
- as de administração local,
- e as de controlo económico-tributário, com três subagregações.

O *primeiro tipo* (administração central) é constituído, seguindo os critérios do SUMÁRIO, pela Casa da Suplicação, Casa do Cível, Juízo da Índia Guiné e da Mina, Juízo da Alfândega e Juízo da Moeda (ambas «tratam as demandas dos mercadores») e Juízo dos Resíduos (instituição das disposições e testamentárias de piedade, instância muito contestada pelos povos).

O *segundo tipo* (administração local) seria constituído pelos Alcaides da Cidade (estrutura administrativa e de natureza repressiva), Oficiais da Câmara da Cidade, Juízo Civil, Juízo do Crime, Juízo dos Orfãos, Juízo das Propriedades e pelos Tabeliães de Notas, que incluíam os escrivães do pelourinho «postos pela cidade». Cristovão Rodrigues de Oliveira não deixa de indicar os que são eleitos e os que não seriam.

O *terceiro tipo* (de controlo económico-tributário) reuniria vários géneros de instituições, a saber: 1) as ligadas ao comércio internacional, como as dos corretores de mercadorias e escravos à frente, seguida da Casa da Índia, da Casa da Mina, da Casa do Armazém (do Reino e Armaria), da Casa do Armazém (da Índia e da Guiné) da Casa do Armazém (dos Mantimentos), do A.lmoxarifado da Ribeira e da Casa da

Alfândega (com um quadro de pessoal destacado em Belém); 2) as instituições de âmbito económico para a cidade, como As Três Casas (Aver do Peso, Merceria e Herdades), a Casa da Sisa da Fruta, a Casa do Paço da Madeira, a Casa da Imposição Velha e Nova dos Vinhos, a Sisa do Peixe de El-Rei, e a Sisa do Peixe do Duque; e 3) as instituições de âmbito geral, como a Casa dos Contos do Reino, a Casa dos Conos da Cidade, a Casa do Terreiro do Trigo e, por último, a Casa da Moeda.

A ordem pela qual Cristovão Rodrigues de Oliveira nos coloca as «Instituições Seculares que há em Lisboa» denota uma preocupação para a hierarquização funcional e é transparente a subordinação de umas em relação a outras, mesmo na hierarquização nos respectivos quadros ocupacionais, por nível funcional e remuneratório. A análise destas Instituições, da forma como vem apresentadas, permite extrair algumas ideias claras da articulação interna dos organismos e do seu possível funcionamento, apesar das terminologias não acompanharem, possivelmente, as alterações verificadas no decurso do século XVI.

Foram os aspectos reveladores da dissolução das relações feudais que condicionaram, em parte, o aparecimento do absolutismo, como nova fase do Estado. O reforço do poder centra-se agora noutras exigências sociais desenvolvidas pelo mercantilismo o que vem ao encontro do poder ideal, que chama a si, por exemplo, as demandas entre mercadores, como nos diz textualmente o autor, num papel assumido de árbitro — acima de todos e das classes em genese, obviamente. É o caso dos Juizos da Alfândega e da Moeda, cada um para as demandas de foro próprio.

Outra razão a salientar é que as novas actividades fazendo gerar (ou ampliar) volumes de dinheiro em circulação, de diversas origens e paridades, criam a necessidade de registos e de controles cada vez mais rigorosos o que ressalta, logo à primeira vista, no SUMÁRIO pela quantidade de lugares de Tesoureiros (em espécie alguns) dissimulados pelos organismos inventariados.

Mas, a actividade de reexportação terá, de igual modo, uma quota parte importante na conflituosidade instalada na sociedade portuguesa de quinhentos, pela natureza de problemas inerentes às trocas internacionais — valores e contra valores, câmbios e divisas, qualidades e quantidades, operações económicas e operações financeiras, compras por atacado e compras a crédito — entre muitos outros fenómenos novos.

A própria conflituosidade entre a reexportação e a retenção das matérias primas em Portugal, para a sua possível transformação,

merece ser atentamente estudada. A utilização em Portugal de parte das matérias primas, trazidas dos mercados de origem, significaria, em primeiro lugar e antes de tudo, uma redução de capacidade de oferta com reflexos na redução na arrecadação de impostos tão necessários às «contas» do Estado e ao suporte de tão pesadas máquinas administrativas.

Aliás, a política financeira do Estado (envolvida nas expedições marítimas) deveria exigir — tudo se configura para esta hipótese — uma circulação monetária rápida o que não sucederia se as matérias primas entrassem no circuito produtivo interno, pois a rotação do dinheiro seria muito mais lenta e a respectiva tributação seria executada por «outras» instituições que não seriam as do comércio marítimo.

E, como já apontámos, as estruturas para o controle interno da economia eram de reduzidas dimensões (e de visível atraso funcional) em relação às que se dedicavam ao grande comércio.

A política do Poder Real seria — é opinião corrente — de apoio às actividades comerciais directamente praticadas por si ou por intermediários estrangeiros ou nacionais, em desfavor da entrada de mercadorias no sistema interno produtivo, excepto às que eram destinadas às manufacturas do estado (madeiras, produtos para a construção naval, etc.).

Outro foco conflitual deverá ser, ainda, encontrado nas medidas régias contra o desenvolvimento do regime manufactureiro que necessitam, na verdade, da publicação da «legislação de trabalhadores» como noutros países já surgira, colocando a força de trabalho apta e livre para ser explorada.

Em Portugal ter-se-á dado o contrário. É pelo menos o que ressalta da leitura do Livro Segundo de Posturas para os Oficiais Mecânicos (1572). Para além de outros aspectos repressivos e retrogrados estabelecem-se aí princípios inadequados à expansão das actividades e, por outro lado, limites à introdução de novas matérias primas. Deste modo, os Oficiais Mecânicos não poderiam «tomar ou recolher em sua casa, aprendiz ou obreiro que estivesse com outro oficial» (o que traduz a restrição à compra de mão de obra); «não podia ter duas tendas ou oficinas do seu ofício» (o que limita o crescimento da actividade); «não podia introduzir qualquer inovação na sua arte» (o que condiciona o aumento de produtividade); e não podia ser «rendeiro das mercadorias» (o que impedia a expansão do capital — vertentes de uma conflituosidade que estrangulava a transformação dos ofícios em manufacturas, como processo evolutivo natural).



Os Oficiais Mecânicos continuariam a ser «a plebe de infame espécie» em nome e por causa — lavram as posturas — da «fermosura e ornato» das ruas dessa Lisboa.

## 5. Pistas de (para) reflexão

As ideias que retirámos, nesta fase da investigação, permitem estruturar as seguintes pistas para reflexão e aprofundamento:

- A crise da renda feudal é exteriorizada no SUMÁRIO de forma inequívoca, através da conversão de todas (ou quase todas) as rendas em dinheiro;
- O comércio de mercadorias e de matérias primas é o fenómeno acelerador das contradições do processo de conflituosidade que se vive em Lisboa, no século XVI;
- A circulação monetária, originada pelo caudal de transacções, é factor activo na acumulação primitiva de capital — e é a regra que impera nas relações económicas predominantes;
- Os embriões de novas classes são reconhecíveis com contornos bem definidos e nítidos, quer em termos de grupos ocupacionais, quer nas relações de produção que se esboçam;
- As actividades económicas de tipo industrial configuram-se em formas de exploração de regime manufactureiro do tipo concentracionista (umas), de tipo disperso (outras) — face à natureza da propriedade e dos tipos de actividades desenvolvidas de apoio comprometido às navegações e ao comércio;
- Os principais núcleos manufactureiros — a construção e reparação naval, abastecimento (biscoito, carnes, etc.), fabricação de pólvora e armaria, de cordoarias e velas, de âncoras e artefactos de ferro (pregos, etc.) — em grande parte dependentes do Poder Régio, emprega pessoal assalariado e dispõe de máquinas e engenhos, alguns deles importados;
- Registam-se no SUMÁRIO profissões novas e descortinam-se novas técnicas, na base da introdução de matérias primas e, novas divisões sociais de trabalho;
- Verifica-se, paralelamente, a separação do artesanato (con-

siderando a actividade no seu conjunto) de grupos sociais (alimentados por migrações internas) em ramos que não exigiam senão a disponibilidade de força de trabalho — trabalhadores indistintos, trabalhadores diversificados, mariolas, etc.

- Delimita-se um numeroso «lupen», particularmente, no que concerne às mulheres sem ocupação;
- por último, constata-se um significativo contingente de escravos que não estariam ligados directamente aos sectores produtivos artesanais ou manufactureiros da Cidade.

Quanto ao «Aparelho de Estado» poder-se-ão equacionar, nesta fase, algumas conclusões também provisórias:

- Do SUMÁRIO ressalta uma divisão funcional que se adapta coerentemente aos tipos de actividades marítimas — recepção das mercadorias, armazenagens, controle e distribuição — na óptica do imposto, da contabilização, do controle de preços, de pesos e de condições de venda;
- É possível avançar com a hipótese de que cada uma das Instituições desempenhava um papel definido, com competências atribuídas — controle administrativo, controle técnico, sistema de vigilância e de segurança, lançamento e arrecadação de impostos;
- É verificável a natureza repressiva do estado pelos diversos e hierarquizados Juizes existentes em toda a estrutura descrita por Cristovão Rodrigues de Oliveira mas, também, pelo funcionamento de corpos policiais organizados com chefias e quadros definidos — na Casa da Suplicação e nos Alcaldes da Cidade.

Em nota de rodapé, talvez, possamos afirmar:

A cidade de Lisboa no Século XVI, era um universo em transformação e, portanto, em crise, a caminho de novas formas institucionalizadas — a par da repressão ideológica e social — cujo processo foi invertido (travado já estaria) com a perda da independência em 1580. A subjugação à Espanha trouxe a redução das actividades do porto de Lisboa, a contração da circulação monetária; o desmantelamento das formas manufactureiras e a estagnação das actividades artesanais — aspectos bem evidenciados na vida cultural do país de então.